

MATES

MULTI AGENCY TRAINING EXIT STRATEGIES
FOR RADICALIZED YOUTH



EUROPEAN
COMMISSION

DIRECTORATE-GENERAL
MIGRATION AND HOME
AFFAIRS



UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS TOOLKIT PARA UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR

*Estratégias
coordenadas para
desvinculação durante
a liberdade condicional*

9 de Maio, 2018



UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS

TOOLKIT PARA UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR

UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS

TEMPO ESTIMADO DE LEITURA: 1 HORA, 15 MINUTOS

UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS | *Estratégias Coordenadas de Desradicalização*

Tabela de Conteúdos

RESUMO	5
secção 1 CENÁRIOS: PRISÃO E LIBERDADE CONDICIONAL	6 - 16
secção 2 ELEMENTOS CHAVE DA COOPERAÇÃO MULTI-AGÊNCIAS	17 - 33
secção 3 UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS: DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL	34 - 76
DOWNLOADABLES + LITERATURA	77 - 81

UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS RESUMO DAS UNIDADES

O trabalho multi-agências representa uma abordagem promissora para o trabalho com juventude radicalizada, apoiando a desradicalização e reintegração social, para pessoas jovens que tenham entrado no sistema judicial.

Esta abordagem pode apoiar a transição desde a prisão de volta à comunidade como também fornecer uma estrutura para as penas comunitárias.

Esta unidade aborda o caráter único da prisão e da liberdade condicional como contextos de intervenção e também os desafios associados. De seguida analisa a cooperação multi-agências como uma estrutura operacional para intervenções durante a liberdade condicional focando em particular como a abordagem multi-agências pode ser utilizada com juventude radicalizada a servir uma pena de liberdade condicional.

Ao completar esta unidade, o leitor terá um entendimento claro de:

- Como prisões e aprisionamento influenciam a capacidade de intervir com juventude radicalizada
- O potencial da liberdade condicional como um “ambiente” para intervenções eficazes com juventude radicalizada
- O que é uma abordagem multi-agências e como pode ser utilizada para apoiar a desradicalização e a integração social
- A importância de envolver múltiplos intervenientes, incluindo profissionais fora do serviço, como a família, amigos e líderes religiosos
- Como implementar uma abordagem multi-agências: que intervenientes envolver e que passos seguir
- Exemplos de trabalho multi-agências com juventude radicalizada em liberdade condicional

UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS

cenários:

prisão e liberdade

condicional

secção

1



UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS CENÁRIOS: PRISÃO E LIBERDADE CONDICIONAL

Desde a prisão à liberdade condicional

Vários estudos mostram que a prisão é um espaço onde existe um aumento de extremismo violento. Porém, o centro penitenciário é também um local ideal para tratar e reeducar reclusos, já que oferece certas oportunidades estratégicas: permite um controlo alto de contingências, disponibilidade permanente e uma boa gestão das intervenções.

Porém, nalguns casos a pena de prisão tem-se provado ineficaz e até contraproducente para uma desradicalização eficaz dos reclusos.

Como consequência do fracasso da maior parte dos sistemas (baseado no uso de prisão como punição) em atingir os objetivos de prevenção e reabilitação, alguns países Europeus (França, Alemanha, Itália, Espanha,...) têm implementado medidas de segurança ou medidas alternativas à deteção (*libertad vigilada, Sicherungsverwahrung, Libertà vigilata, ...*) para a reintegração social de indivíduos



UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS CENÁRIOS: PRISÃO E LIBERDADE CONDICIONAL

A experiência pessoal do indivíduo enquanto está na prisão pode ter um impacto enorme no período seguinte de liberdade condicional e ao longo da sua reintegração na sociedade.

A literatura mostra claramente que existem fatores desestabilizadores, que carregam uma influência negativa na identificação e reversão da radicalização. Entre estes, incluem-se:

Ambiente físico

Confiança

Humanidade

Relação staff-Reclusos

Segurança pessoal/segurança dos reclusos

Condições justas

Legitimidade

Presença de extremistas
carismáticos



UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS CENÁRIOS: PRISÃO E LIBERDADE CONDICIONAL

Ambiente físico

Sobrepopulação e falta de condições das celas, comida, higiene e cuidado médico pode levar a sentimentos de desumanização entre os prisioneiros.

Confiança

A confiança é um fator importante quando se refere a reclusos em geral, mas talvez especialmente quando toca à prevenção da radicalização e à contribuição para a desvinculação; Reclusos que confiam no staff permitem que estes possam estar mais atentos às situações individuais, criando melhores condições para apoiar as dificuldades de cada recluso.

Humanidade

Preocupação genuína pelo outro. A empatia do staff para com os reclusos aumenta as condições de integração e reintegração futura dos prisioneiros na sociedade.

Relação Staff-Reclusos

Confiança mútua entre membros de staff e reclusos, acompanhado de competência no exercício da autoridade, é crucial para estabelecer uma boa relação, baseada no respeito mútuo.

Segurança pessoal/segurança dos reclusos

Se o direito acima não for garantido, os reclusos vão formar grupos que oferecem amizade e proteção. Estes grupos podem criar desacordos com outros grupos, recorrendo à afirmação dos mesmos pela sua diferença, criando conflitos entre prisioneiros e entre prisioneiros e funcionários.

Condições justas

Tratamento imparcial e justo ou comportamento sem favoritismo ou discriminação.

Legitimidade

Transparência dentro da prisão, resposta eficaz a acidentes e reconhecimento moral do indivíduo.

Presença de extremistas carismáticos

A presença de um líder extremista carismático é um fator importante: estes prisioneiros devem ser identificados e deve ser bem avaliado - e enfrentado - o risco que eles representam para a sua segurança e a dos outros.



UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS CENÁRIOS: PRISÃO E LIBERDADE CONDICIONAL

Liberdade Condicional

A liberdade condicional é vastamente reconhecida como um dos melhores contextos para implementar programas de desvinculação e trabalhar no sentido de uma desvinculação positiva do terrorismo por parte dos jovens. Permite ainda a implementação de uma abordagem multi-agências customizada, ad-hoc, envolvendo conjuntamente técnicos de liberdade condicional e profissionais da linha da frente.

Definição e aplicação

Em termos gerais, a liberdade condicional é uma pena criminal imposta pelo tribunal que, sujeita a certas condições e restrições, permite a libertação de condenados de volta à comunidade em vez do seu confinamento à prisão. Tal como a pena suspensa de um infrator condenado, nalgumas legislações nacionais a liberdade condicional é uma alternativa viável ao aprisionamento.

Função

1. Reintegração
2. Prevenção da reincidência;
3. Proteger a vítima e a sociedade como potencial vítima de comportamento criminal adicional.

UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS

CENÁRIOS: PRISÃO E LIBERDADE CONDICIONAL

Liberdade Condicional

Definição e Aplicação

As medidas de liberdade condicional são estabelecidas por uma decisão judicial e podem consistir na observação de certas regras de conduta; na participação em programas de reabilitação (submetendo-se a testes à droga e ao álcool); restrição de certos direitos (vigilância eletrônica; residência obrigatória); trabalho com a família do infrator; reparação de danos; apoio às vítimas.

Processo de supervisão

Os técnicos de liberdade condicional são responsáveis por supervisionar o comportamento dos ofensores e por fornecer ajuda e assistência na aquisição das competências necessárias para a reintegração na sociedade. Os técnicos submetem relatórios periódicos aos tribunais sobre a evolução dos ofensores.

Violação dos termos de liberdade condicional pode resultar em

1. Revogação da liberdade condicional e consequente regresso à prisão;
2. Mudança dos termos de liberdade condicional.

O diagrama abaixo é adaptado a partir do “Aspire” de Carole Sutton em Rob Canton e David Hancock (eds.) (2007) Dictionary of Probation and Offender Management, Cullompton: Willan



UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS CENÁRIOS: PRISÃO E LIBERDADE CONDICIONAL

Desafios principais ao trabalhar com indivíduos radicalizados em liberdade condicional

Continuidade da intervenção desde a prisão à liberdade condicional e partilha de informação: garantir que o trabalho realizado na prisão ao longo dos programas de tratamento e toda a aprendizagem adquirida sobre o indivíduo e o seu progresso no sistema criminal não se perde quando a gestão do caso passa aos serviços responsáveis pela preparação da libertação.

Risco crescente: Está relacionado com a possibilidade destes jovens entrarem de novo em contacto com grupos radicais com propostas que podem parecer a maneira mais rápida de serem reintegrados.

As **penas curtas** relativas aos **crimes de terrorismo** de baixa gravidade podem condicionar a avaliação do risco e a intervenção que é feita com estes jovens, e pode não ser possível **desvinculá-los** e **desradicalizá-los**.

A **diversidade de idades, género e contextos** de **jovens** detidos por **crimes ligados ao terrorismo** tem aumentado e existe uma necessidade de cooperação entre prisões, instituições de liberdade condicional, forças de segurança, centros comunitários e outros serviços comunitários como instituições religiosas. Trabalhar em ambientes multi-agências deste género é um desafio.

UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS CENÁRIOS: PRISÃO E LIBERDADE CONDICIONAL

Desafios principais ao trabalhar com indivíduos radicalizados em liberdade condicional

Diretrizes do RAN P&P, 1 de 2

A reintegração tem como objetivo prevenir o comportamento violento e permitir a inclusão e participação na sociedade.

Um sentido de pertença e aceitação compromete-se a violência menos sustentável.

Ideias radicais não são perigosas por si mesmas, embora possam continuar a ser um fator de risco para comportamento violento sob determinadas circunstâncias.

Porém, não existe ainda muita informação sobre a reintegração de jovens radicalizados no sistema judicial. Por outro lado existem diretrizes para práticas de reintegração multi-agências que são relevantes, particularmente com este grupo alvo:

Planos de reintegração– devem ser pensados desde o início da pena, atualizados e monitorizados para assegurar o maior grau de sucesso.

Análise contínua de riscos e necessidades de jovens no sistema judicial

Cooperação interagências que visa a partilha de informação, avaliar risco e coordenar a tomada de decisão sobre os elementos do programa.

(RAN P&P, 2016b)

UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS CENÁRIOS: PRISÃO E LIBERDADE CONDICIONAL

Desafios principais ao trabalhar com indivíduos radicalizados em liberdade condicional

Diretrizes do RAN P&P, 2 of 2

Empoderamento: planejar o fim do apoio e capacitar os jovens para confiarem nos outros e nas instituições sociais e organizacionais de apoio.

Parcerias alargadas: a reentrada pode ser facilitada pelo técnico de liberdade condicional, ou por outros membros da equipa que partilham um contexto cultural ou religioso com o/a jovem.

Apoio social e organizacional - algumas teorias de abandono sugerem que este é coproduzido com os outros: profissionais a trabalhar em prisões ou na liberdade condicional, representativos de organizações, incluindo organizações comunitárias que assistem com a busca de emprego ou orientação religiosa ou espiritual, e serviços sociais.

Amigos, família e outras relações significativas são cruciais para as trajetórias de abandono e reintegração, podem reforçar uma identificação positiva dentro da comunidade em geral.

Ex-radicais que tinham as mesmas atitudes e crenças mas que desistiram do comportamento violento e servem agora como mentores com uma influência positiva.



EM SUMA

cenários: prisão e liberdade condicional

EM SUMA CENÁRIOS: PRISÃO E LIBERDADE CONDICIONAL

QUE FATORES NO AMBIENTE DE PRISÃO TÊM SIDO IDENTIFICADOS COMO INFLUENTES NA REINTEGRAÇÃO SOCIAL APOS A LIBERTAÇÃO?

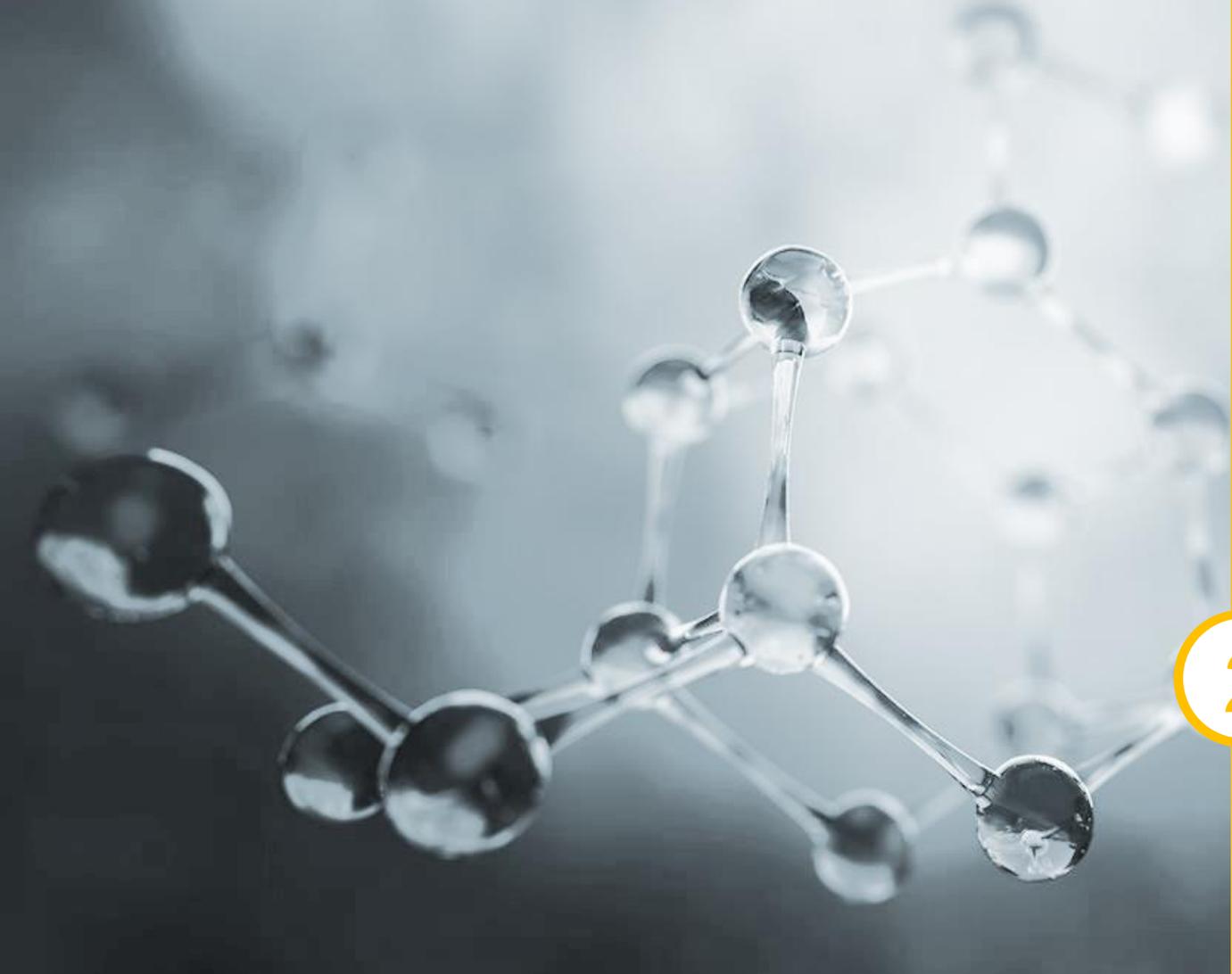
A literatura identifica oito fatores que podem atuar como forças desestabilizadoras dentro da prisão que influenciam significativamente o potencial da liberdade condicional e a eventual reintegração social: ambiente físico, segurança, confiança, justiça, humanidade, legitimidade, relação staff-recluso, e a presença de um líder extremista carismático.

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA O SUCESSO AO TRABALHAR COM INDIVÍDUOS RADICAIS EM LIBERDADE CONDICIONAL?

Penas curtas, risco acrescido devido à exposição a grupos radicais, e diversidade significativa (p.e. idade, género, contexto social) entre indivíduos condenados por crimes ligados ao terrorismo, tudo isto aumenta a complexidade do trabalho com indivíduos radicalizados em liberdade condicional.

QUE PAPEL PODE A LIBERDADE CONDICIONAL DESEMPENHAR PARA APOIAR A DESVINCULAÇÃO E DESRADICALIZAÇÃO?

A liberdade condicional permite uma oportunidade única de trabalho com jovens radicalizados num ambiente comunitário que apoia a reintegração social ao aproveitar o poder das relações humanas através de redes comunitárias, famílias, amigos, mentores (ex-radicais), e a capacitação do indivíduo.



UMA ABORDAGEM
MULTI- AGÊNCIAS
elementos chave da
cooperação multi-
agências

2

secção

UMA ABORDAGEM MULTI- AGÊNCIAS ELEMENTOS CHAVE DA COOPERAÇÃO MULTI-AGÊNCIAS



Se virmos a reintegração como o processo de se tornar embutido numa rede de relações sociais, compromisso com a comunidade em geral, família, educação, trabalho e outras redes sociais....: tal exige uma estrutura holística e contextualizada, onde uma abordagem multi-agências enfatiza tanto a agência individual como a necessidade de se relacionar de novo numa rede ampla de relações sociais.

(Marsden 2016, McEvoy and Shirlow 2009)



Ao longo dos próximos meses e anos vamos ver muitos do numero crescente de indivíduos que serviram as suas penas por ofensas ligadas ao terrorismo a voltar à comunidade, ou a servir penas em liberdade condicional.



As situações ligadas ao terrorismo enfatizam a necessidade de todos os participantes do sistema serem parte da intervenção a ser levada a cabo com os indivíduos radicalizados, incluindo as suas famílias e comunidades;

Trabalhar com os intervenientes da comunidade reforça a apropriação da intervenção pela comunidade local e a ideia de uma Justiça Comunitária: “trabalhar para os mais próximos, protegendo os nossos”.

(OSCE,2014; DIIS,2015; RAN,2017)

UMA ABORDAGEM MULTI- AGÊNCIAS ELEMENTOS CHAVE DA COOPERAÇÃO MULTI-AGÊNCIAS

A abordagem multi-agências é uma componente central da estratégia de segurança e proteção pública, visto que permite maximizar a eficácia de:

- *Avaliação conjunta de risco*
- *Partilha de informação;*
- *Partilha da responsabilidade das decisões;*
- *Segurança acrescida como resultado de um esforço conjunto.*

Uma abordagem multi-agências é um sistema no qual a informação pode ser partilhada, o que é crucial para identificar e lidar com vulnerabilidade-

Estas estruturas multi-agências e processos de trabalho ajudam a uma identificação mais eficaz de indivíduos vulneráveis em risco, melhor partilha de informação, tomada de decisão conjunta e intervenções coordenadas.

Profissionais oriundos de um leque de agências diferentes encontrar-se-iam para tomar decisões sobre casos individuais, incluindo determinar níveis de risco. A multi-agência contínua desenvolve relações interpessoais, aprendizagem constante, desenvolvimento de especialização...que pode ser consolidada com ligações estratégicas.

Tem-se desenvolvido confiança ao longo de um milhão e uma reuniões MAPPA, olhando uns para os outros de perto através de casos stressantes

[...]

Desafiante. Encorajador. Cooperante. Eu creio que é essencial, sabes, creio que o são – têm de lá estar.

-citações sobre a MA, em Marsden 2017

UMA ABORDAGEM MULTI- AGÊNCIAS

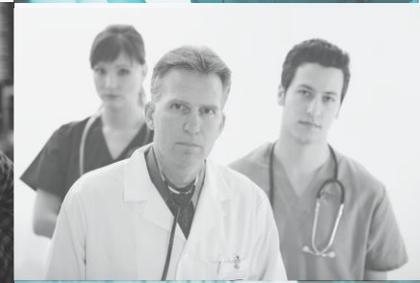
ELEMENTOS CHAVE DA COOPERAÇÃO MULTI-AGÊNCIAS

Elementos chave na Abordagem multi-agências

- **Aplicação da lei:** Agentes da polícia, guardas prisionais, técnicos de liberdade condicional, agentes de controlo de fronteiras/alfândega.
- **Profissionais que trabalham com a juventude:** Professores, tutores e docentes nas escolas e universidades, serviços de jovens ofensores, serviços de crianças, treinadores desportivos.
- **Assistentes sociais/Trabalhadores do governo:** Assistentes sociais/ de jovens; assistentes familiares: autoridades locais, ajuda legal, autoridades de habitação.
- **Profissionais de saúde:** serviços de saúde, serviços de saúde mental, psicólogos e serviços de tratamento de dependências, médicos generalistas (médicos).
- **Sociedade civil:** trabalhadores comunitários; profissionais de caridade e voluntários; representativos de comunidades religiosas.
- **Família e amigos**

Por sua vez, o acima pode-se manifestar em

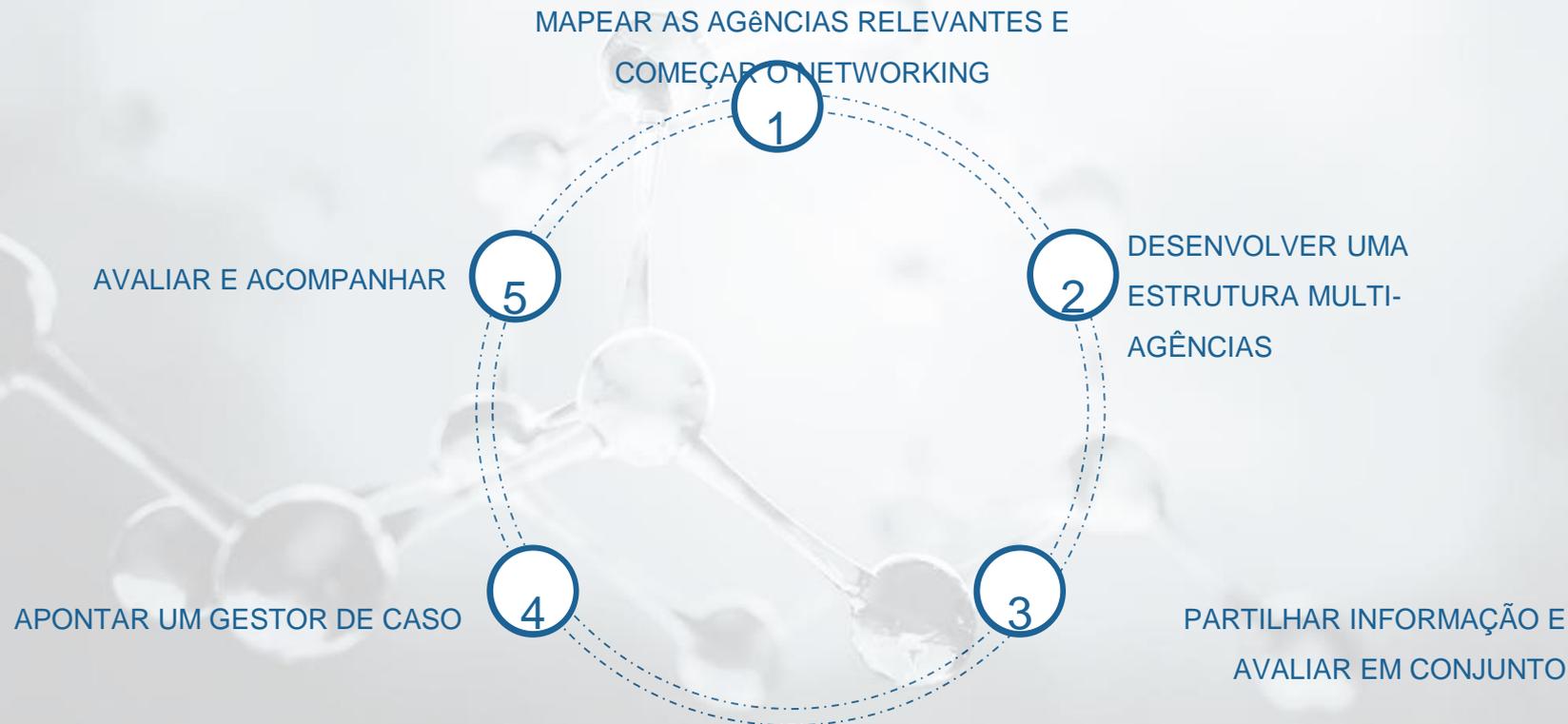
- **Membros permanentes:** governo local, polícia, serviços sociais, psicólogos;
- **Membros convidados/ad-hoc:** dependendo de intervenções personalizadas (professores, treinadores desportivos, líderes da comunidade...)



UMA ABORDAGEM MULTI- AGÊNCIAS

ELEMENTOS CHAVE DA COOPERAÇÃO MULTI-AGÊNCIAS

Abordagem multi-agências- Um Ciclo Passo a Passo



UMA ABORDAGEM MULTI- AGÊNCIAS

ELEMENTOS CHAVE DA COOPERAÇÃO MULTI-AGÊNCIAS

Abordagem Multi-agências- os Passos no Ciclo, 1 de 7

1

MAPEAR AS AGÊNCIAS RELEVANTES E COMEÇAR O NETWORKING

- Prioritizar o nível local;
- Rede ampla de organizações: diferentes especialidades com diferentes níveis de envolvimento; vão haver atores principais e outros podem ser incluídos dependendo da natureza do caso;
- Um envolvimento amplo evita a estigmatização: contrariando qualquer tipo de ódio & extremismo violento;
- Construir sobre estruturas multi-agências e de colaboração existentes (violência de gangs, gênero, violência de extrema direita/esquerda...), isto ajuda a evitar a sobreposição e duplicação de esforços;
- Envolver as comunidades;
- Tempo para aprender e desenvolver. Encontrar maneiras de gerir o risco num ambiente multi-agências que inclua um leque de perspectivas organizacionais diferentes, desde polícia contra terrorismo até agências baseadas na comunidade, ocupa uma quantidade significativa de tempo.

UMA ABORDAGEM MULTI- AGÊNCIAS

ELEMENTOS CHAVE DA COOPERAÇÃO MULTI-AGÊNCIAS

Abordagem multi-agências- Os Passos no Ciclo, 2 de 8

2

DESENVOLVER UMA ESTRUTURA MULTI-AGÊNCIAS

Os elementos chave para desenvolver uma abordagem multi-agências são explicadas abaixo em mais detalhe:

- Uma abordagem a dois níveis: um centrado em aspetos culturais e o outro em métodos de trabalho. Para melhorar e ampliar a cooperação é necessário modificar o comportamento e hábitos dos intervenientes profissionais/de serviços/da comunidade, implementando mudanças significativas nas práticas laborais e abrindo o caminho para acordos formais. Isto pode ser conseguido através de iniciativas de formação e co planeamento com vista a modificar os elementos da cultura organizacional que afetam de forma negativa os resultados da intervenção.
- Multi-agências não é especializar uma equipa para trabalharem com um alvo específico. Todas as “abordagens especializadas” estão destinadas ao fracasso porque podem não corresponder às necessidades de perfis diferentes de indivíduos radicalizados. A adoção de uma estratégia de networking com o envolvimento de intervenientes relevantes representa a resposta mais apropriada e eficaz às necessidades especiais colocadas pelos indivíduos a quem o projeto é dirigido.
- Acordos diferentes de coordenação entre serviços é possível. A integração pode ser abordada na estrutura duma coordenação horizontal entre os diferentes atores do sistema ou até uma coordenação vertical. “Coordenação horizontal” significa que todos os intervenientes relevantes estão no mesmo nível em relação à tomada de decisões sobre a coordenação de atividades (através de “Acordos Formais”). Se uma “abordagem vertical” for usada, todas as decisões são tomadas por uma única autoridade, que fornece diretrizes e orientação operacional às outras.
- Além de implementar ações de coordenação, é preciso criar novos serviços e procedimentos operacionais.

(continua)

UMA ABORDAGEM MULTI- AGÊNCIAS

ELEMENTOS CHAVE DA COOPERAÇÃO MULTI-AGÊNCIAS

Abordagem multi-agências- Os Passos no Ciclo, 3 de 8

2

DESENVOLVER UMA ESTRUTURA MULTI-AGÊNCIAS

(em continuação do anterior)

- Reuniões regulares cara-a-cara (quinzenalmente, uma vez por mês), como também encontros informais e diálogos
- Discutir caso-a-caso
- Envolver todos os níveis (nacional, regional, local)
- Incorporar a multi-agência como um elemento integral nos papéis de trabalho e organização diária de trabalho
- Criar uma parceria, não uma entidade legal, mas com obrigação moral/legal de cooperar entre setores e serviços
- Desequilíbrios de poder entre intervenientes pode ser uma grande barreira. Aqueles que detêm a maioria parte do poder devem fazer um esforço para garantir igual peso à contribuição de todas as partes envolvidas
- Posse partilhada do projeto multi-agências
- Cargos claros, de ambos os membros permanentes como os convidados/ad-hoc
- Flexibilidade, transparência, reportar em partilha a um nível regular
- Formação, e melhor formação sobre o trabalho do que formação formal

UMA ABORDAGEM MULTI- AGÊNCIAS

ELEMENTOS CHAVE DA COOPERAÇÃO MULTI-AGÊNCIAS

Abordagem multi-agências- Os Passos no Ciclo, 4 de 8

3

PARTILHA DE INFORMAÇÃO E AVALIAÇÃO EM CONJUNTO

Razões para partilhar

Os membros de equipa são obrigados a fornecer às agências de policiamento qualquer tipo de informação que se prove ser útil no evitamento da perpetuação de crime adicional.

- Todos os membros da equipa de desradicalização devem compartilhar informação sobre os indivíduos a realizar o processo, com a finalidade de reintegração social;

Os objetivos e culturas profissionais de cada organização da equipa de intervenção podem diferir, como é o caso da polícia, em particular (controlo e monitorização; recolha e avaliação de provas) e sistemas de liberdade condicional (reabilitação, reintegração). Quando se levantam preocupações de segurança, a informação detida pela polícia/serviços de inteligência é guardada em sigilo e nenhuma informação é dada aos serviços responsáveis pelos esforços de prevenção/reabilitação. Nalguns casos isto pode prejudicar os esforços de reabilitação e enfraquecer as abordagens sociais à radicalização.

“Ponto de viragem”



UMA ABORDAGEM MULTI- AGÊNCIAS

ELEMENTOS CHAVE DA COOPERAÇÃO MULTI-AGÊNCIAS

Abordagem multi-agências- Os Passos no Ciclo, 5 de 8

3

PARTILHA DE INFORMAÇÃO E AVALIAÇÃO EM CONJUNTO

As melhores práticas para a partilha de informação, 1 de 2

- **Simetria na partilha de informação:** existe um interesse crescente na área OSCE em abordagens de policiamento comunitário para prevenir o terrorismo e contrariar VERLT, onde toda a organização policial, agencias governamentais relevantes e comunidades cooperam ativamente para resolver problemas. O desenvolvimento de abordagens comunitárias pode melhorar o nível de simetria na partilha de informação entre a polícia e os serviços de liberdade condicional.
- **Segurança:** ao trabalhar com jovens radicalizados, é necessário saber a realidade na qual se encontra o jovem, especialmente as possíveis ameaças externas que enfrenta; criar um ambiente seguro para o jovem e todo o staff que nele trabalha.
- **Regras claras sobre a partilha de informação:** É necessário clarificar que sinais indicam radicalização, fatores de risco ou comportamentos criminais. Os procedimentos devem ser clarificados, nomeadamente que situações preocupantes ou potenciais riscos devem ser reportados, como e a quem. Sinais de radicalização devem ser avaliados num ambiente multi-agências.

(continua)

UMA ABORDAGEM MULTI- AGÊNCIAS

ELEMENTOS CHAVE DA COOPERAÇÃO MULTI-AGÊNCIAS

Abordagem multi-agências- Os Passos no Ciclo, 6 de 8

3

PARTILHA DE INFORMAÇÃO E AVALIAÇÃO EM CONJUNTO

As melhores práticas para a partilha de informação, 2 de 2

- **Confidencialidade, divulgação e transparência:** em equipas profissionais de intervenção os códigos éticos de conduta que se aplicam a algumas profissões exercidas na equipa são alargadas a todos os membros da equipa, incluindo aqueles que não têm códigos de ética profissionais. A necessidade de respeitar códigos éticos é também alargada a todos aqueles que participam na equipa e na implementação de intervenções, como Imãs, membros familiares e mentores.

No caso de informação sensível e confidencial, aumentar a abstração pode permitir a partilha de informação confidencial.

Profissionais de saúde podem ser reticentes quanto à partilha de informação confidencial.

Criar uma relação de confiança e transparência entre o/a jovem e o/a gestor(a)do caso/mentor é essencial. Deve ser assegurado que o/a jovem sabe desde o início que informação pode levantar preocupações relativamente à sua segurança ou à segurança dos outros e que será partilhada com as forças de segurança. Se alguma informação for comunicada, o indivíduo deve saber. Em caso de dúvidas sobre a partilha de informação a equipa deve recorrer a peritos legais (divulgação, privacidade).

- **Acordos escritos:** Uma parceria deve ser criada com base em acordos (MoU ou algo semelhante), fornecendo códigos de conduta para todos os participantes. Os códigos de conduta devem especificar claramente os direitos a serem salvaguardados (privacidade, dados sensíveis) como também possíveis requerimentos ao respeito à confidencialidade de investigação/procedimentos judiciais, e deve também tornar claro as leis aplicáveis (p.e. na Itália, Lei de Privacidade, violação de secretismo antes do julgamento- artt. 326, 379-bis C.P.).

(continua)

UMA ABORDAGEM MULTI- AGÊNCIAS ELEMENTOS CHAVE DA COOPERAÇÃO MULTI-AGÊNCIAS

Abordagem multi-agências- Os Passos no Ciclo,, 7 de 8

4

APONTAR UM GESTOR DE CASO E
INTERVIR

O titular do caso coordena o caso individual e as intervenções, sendo o ponto de contacto entre o indivíduo, a sua família e as comunidades (as famílias não precisam de ser contactadas por diversas partes).

Os agentes de liberdade condicional normalmente ficam com a gestão do caso para o Sistema Judicial, porém o programa de desradicalização pode ser coordenado por outro interveniente na equipa multi-agências (p.e. um Imam envolvido em contra narrativas, um mentor de confiança para o/a jovem), quando tal é coerente com os objetivos específicos da intervenção, e se tal for uma decisão conjunta tomada pela equipa.

O gestor de caso lidera a monitorização e implementação de atividades.

UMA ABORDAGEM MULTI- AGÊNCIAS ELEMENTOS CHAVE DA COOPERAÇÃO MULTI-AGÊNCIAS

Abordagem multi-agências- Os Passos no Ciclo, 8 de 8

5

AVALIAR E ACOMPANHAR

- Feedback para poder desenvolver a experiência e melhorar
- Explicar os resultados
- Partilhar histórias positivas e lições baseadas na experiência
- Enfatizar os benefícios partilhados
- Envolver o media local (para ser feito com caução- há um risco considerável de que a informação seja manipulada, alterada, politizada, etc.)

As diretrizes sobre divulgação e privacidade devem ser aplicadas nesta fase como também em todas as fases anteriores da intervenção.

UMA ABORDAGEM MULTI- AGÊNCIAS ELEMENTOS CHAVE DA COOPERAÇÃO MULTI-AGÊNCIAS

Abordagem multi-agências - fatores chave para o sucesso

- Reconhecimento desde o início dos diferentes papéis, status e recursos de todos os intervenientes;
- O compromisso por parte de todos para o diálogo, transparência e abertura para alcançar uma compreensão comum de todas as questões em jogo e as preocupações e expectativas de todos;
- Distribuição clara de responsabilidades entre as diferentes agências e atores;
- Compromisso genuíno por parte de todos os membros para desenvolver uma parceria baseada na igualdade, confiança mútua e respeito pela independência de cada interveniente. Desequilíbrios no poder institucional não deve comprometer o peso igualitário da contribuição de todas as partes envolvidas;
- Prontidão de todas as partes para identificar objetivos e interesses compartilhados, encontrar alternativas e compromissos para chegar a consensos e concordar com ações que sejam benéficas para todas as partes;
- Devolução e descentralização da tomada de decisão e gestão de recursos para profissionais de primeira linha;
- Abordagem de comunicação baixo-cima / bottum-up, com cadeias de comunicação curtas e eficazes.



UMA ABORDAGEM MULTI- AGÊNCIAS

ELEMENTOS CHAVE DA COOPERAÇÃO MULTI-AGÊNCIAS

Abordagem Multi-agências- Oportunidades vs Desafios



- Avaliação e definição de estratégias de intervenção através de diferentes perspectivas e abordagens;
- Mais informação partilhada sobre o indivíduo, o que permite que um maior número de pessoas seja alertado sobre os sinais de radicalização ou situações de risco;
- É mais fácil harmonizar intervenções de natureza diferente/de diferentes instituições (exemplo: respostas sociais ou de segurança);
- Permite capacitação e empoderamento de atores/agências responsáveis pela monitorização do processo de reintegração do/da jovem que deixa a detenção e está em liberdade condicional
- As relações entre os atores envolvidos no sistema de intervenção com o alvo em questão são mais dinâmicas, resultando em equipas de intervenção mais inclusivas e com benefícios mútuos



- Mais tempo passado a avaliar e discutir estratégias de intervenção;
- Aumento do tempo passado a partilhar informação para que todos estejam a par do progresso e dos retrocessos da situação;
- Diferentes perspectivas sobre a situação podem levar a atividades antagónicas ou repetidas, sobreposição;
- A existência de mais intervenientes pode reduzir a confidencialidade relativa à informação sensível do indivíduo e, em casos extremos, pode reduzir a sua segurança. Existem também riscos na confidencialidade profissional.



EM SUMA

Elementos chave duma cooperação multi-
agências



UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS

Desradicalização de
indivíduos em liberdade
condicional

3

secção

UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

Programas de saída em Modo Multi-agências: Uma amostra de atividades

- 1. Avaliação de risco e referenciação*
- 2. Aconselhamento e orientação*
- 3. Processos de tutoria obrigatórios*
- 4. Educação e emprego*
- 5. Alojamento*
- 6. Sessões de psicologia*
- 7. Recursos da network*
- 8. Ancoragem da fé/convicções políticas*
- 9. Tratamento médico*

UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

Programas de saída em Modo Multi-agências : Figuras chave

1. *Gestor de caso*
2. *Mentor*
3. *Família*
4. *Comunidade*
5. *Associações de imigrantes*
6. *Mediadores linguísticos e culturais*
7. *Imam, organizações*
8. *Polícia*
9. *Vítimas*
10. *Ex-radicais*
11. *Escolas*
12. *Serviços de saúde mental*

UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

Programas de saída em Modo Multi-agências : Figuras chave

1. Gestor de caso

O gestor de caso é responsável pelo plano de tratamento e reintegração em liberdade condicional, que é resultado de um trabalho integrado de diferentes agências e profissionais nas três áreas de intervenção: avaliação de risco contínuo, tratamento, reintegração.

O gestor de caso é o principal recetor de informação sobre o indivíduo, vinda de todas as agências e atores que trabalham no caso e deve garantir a avaliação de risco contínua e tomada de decisões sobre o plano.

Ele/Ela garante a qualidade das intervenções integradas e a coerência da intervenção pelas diferentes agências e ao longo do processo de reintegração.

O plano individual deve estar baseado na informação seguinte:

- A caracterização psicológica individual e a análise do mecanismo de recrutamento
- O conteúdo ideológico e cultural da mensagem radical e do processo de radicalização
- Os compromissos, as prioridades, os desejos, as motivações, os desafios e as forças do ofensor. Esta informação fornece ao gestor de caso uma conceptualização do porquê e como o indivíduo ofendeu, os fatores pessoais (internos) e contextuais (externos) envolvidos na ofensa, como também os fatores positivos e protetores que são vitais na construção e na vivência duma vida pro-social por parte do agressor.

UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

Programas de saída em Modo Multi-agências:

Figuras chave



UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

Programas de saída em Modo Multi-agências : Figuras chave

2. Mentor, 1 de 4

Na maioria dos países Europeus, as pessoas responsáveis por crimes não têm acesso a serviços de tutoria, nem mesmo os menores.

Em situações de risco, como a radicalização, apoiar-se em alguém de confiança pode ganhar especial relevância, sobretudo no caso dos jovens pertencerem a minorias que consideram difícil reconhecer as autoridades a cargo dos seus processos no Sistema Judicial.

É aí que entra o mentor como uma figura de ligação entre os jovens, a sua comunidade, e os serviços de segurança.



UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

Programas de saída em Modo Multi-agências: Figuras chave

2. Mentor, 2 de 4

Características Pessoais

- Contexto de origem comum ao do indivíduo

Conhecimento e experiência

- Entende os processos de radicalização;
- Sabe como o ambiente de radicalização funciona;
- Entende os processos de recrutamento/aliciamento;
- Perito em ideologia de radicalização;
- Certificado como conselheiro;
- Conhecimento teológico.

Atitude

- Acredita na possibilidade de mudança pessoal;
- Escuta e observa bem, atenta nos detalhes;
- Age de forma credível;
- Não julga;
- Paciente;
- Curioso/a.



Competências

- Capacidade para motivar/estimular mudança pessoal;
- Capacidade para encorajar pensamento crítico;
- Boas técnicas conversacionais;
- Capacidade para tornar as pessoas responsáveis pelo seu próprio progresso/sucesso;
- Capacidade para envolver a família e variadas redes sociais do participante;
- Capacidade para chamar outras redes profissionais para ajudar.

UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

Programas de saída em Modo Multi-agências: Figuras chave

2. Mentor, 3 de 4

Ex-radicais como Mentores

A experiência de indivíduos que tenham passado pela radicalização violenta é considerada valiosa no âmbito de diferentes programas e a sua contribuição para programas de desradicalização direcionada a jovens pode ser significativa.

Ex-membros desapontados com organizações terroristas podem ter maior credibilidade que outros estranhos no que toca à desmistificação da história jihadista e a interrupção dos processos de radicalização. A voz dos desertores corrói e desafia a imagem de união e determinação que as organizações terroristas tentam passar, como também influencia as suas contradições e hipocrisias.

Porém, a motivação dos ex-radicais para fazer a diferença nos programas de desradicalização deve ser cuidadosamente avaliada, já que nem todos podem ser capazes de contar “a história alternativa”.



UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

Programas de saída em Modo Multi-agências: Figuras chave

2. Mentor, 4 de 4

Um Estudo de Caso: O Modelo Aarhus

Ao cidadão individual é sempre atribuído um mentor cujo trabalho é dar apoio ao longo das variadas medidas de saída aplicadas.

Basicamente, o dever de um mentor é o de supervisionar e dar o apoio necessário para permitir a inclusão do indivíduo na sociedade. Além disso, o mentor faz parte de uma reunião de grupo mensal de mentores especializados com os mentores consultores. Todos os mentores devem completar um programa educacional antes de lhes serem atribuídos tutorandos. Os processos do mentor são portanto seguidos de perto pelo mentor consultor que dá relatórios mensais sobre o estado dos processos de saída à equipa de trabalho/task force.

A equipa Aarhus conta com uma equipa de 10 mentores bem-formados empregados pela Municipalidade de Aarhus, sendo que a equipa é guiada por outra equipa de quatro mentores coordenadores.

De forma a criar um grupo composto de forma ampla que possa integrar os muitas vezes diferentes perfis individuais e necessidades específicas das pessoas alvo, estes mentores têm sido recrutados de acordo com a idade, género, origem étnica, educação formal e experiência, conhecimento em primeira mão de diferentes meios culturais e sociais, como também conhecimento religioso e político.

A tutoria constitui um elemento essencial no Modelo Aarhus

1. O mentor desempenha um papel significativo no processo específico de desradicalização ao indicar as armadilhas, os perigos pessoais e sociais, a ilegalidade e a orientação equivocada do ativismo em questão.
2. O mentor ajuda a encontrar caminhos de inclusão tendo em conta as atividades e tarefas parte do dia-a-dia do seu tutorando (família, trabalho, educação, tempo de lazer).
3. O papel do mentor é ser um parceiro de luta bem-informado, atento e empático, com quem o tutorando pode discutir questões e desafios do dia-a-dia bem como as preocupações sobre as questões existências, políticas e religiosas da vida.



UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

Programas de saída em Modo Multi-agências: Figuras chave

3. Família, 1 de 7

- As famílias (e amigos –os confidentes-) parecem estar idealmente posicionadas para detetar a radicalização cedo e assistir nos métodos de intervenção.
- Os peritos, a literatura e os serviços de segurança não são claros sobre os papéis dos pais na radicalização/desradicalização (*Bouzar 2015, 2017; Sikkens et al. 2017; Koehler 2017; Marsden 2016*)
- Efeitos diretos vs indiretos: os efeitos dos pais podem não ser diretos na desradicalização (têm menos impacto do que outros fatores: um novo parceiro de vida, um colega ou maturação pessoal e agência humana [...]); mas podem haver influências latentes e indiretas, como contribuir para comportamento prosocial e apoio emocional
- O impacto das circunstâncias e problemas familiares (socioeconómicos, emocionais, famílias desestruturadas, abuso de substâncias, [...]) também não é claro. Alguma juventude VERLT (Violent Extremists Leading to Terrorism/ Extremistas Violentos que Levam ao Terrorismo) vêm de famílias com problemas - na maioria, e não o todo.
- Para envolver as famílias, uma abordagem de Reintegração (Marsden 2016, Bouzar 2015, 2017; McEvoy and Shirlow 2009) parece ser mais adequada do que as estratégias tradicionais de desradicalização/desvinculação, já que perspectivas mais holísticas e contextualizadas ajudam a alargar a rede de relações sociais envolvida.
- É demasiado cedo para ter estratégias comparáveis entre os programas Europeus, porém, até agora, na maioria dos países europeus, o foco está sobretudo na deteção no sentido da segurança, destacando a criação de meios de denúncia, ao invés de aconselhamento intensivo a favor da desradicalização ou reintegração de extremistas condenados.



3. Família, 2 de 7

Influência Parental nas Dinâmicas de Radicalização



Radicalização

- Não existe nenhuma ligação direta entre as ideias extremistas do indivíduo e a posição da família
- O clima familiar oferece de forma indireta um ambiente fértil para a radicalização
- Famílias funcionais não interferiram no processo de radicalização porque não reconheceram os sinais



Desradicalização

- Papel dos pais muito fraco ou irrelevante
- Alguma influência existente: contra-argumentos, apoio para a mudança
- Mobilizar membros de família pode tornar a desvinculação mais fácil

3. Família, 3 de 7

Implicações Práticas para os Pais



- Os pais precisam de conhecer diferentes ideologias e precisam de ter os instrumentos para responder a elas;
- Se os pais não respondem aos seus filhos adolescentes, estes vão procurar as respostas por si mesmos;
- Capacitar os pais para assumirem a busca moral dos filhos, para que possam dar o apoio necessário, controlar e dar contra-argumentos e mostrar alternativas;
- O envolvimento dos pais pode consistir em escutar, falar com os filhos, educá-los, ajudá-los a encontrar caminhos na direção de uma vida com significado.

3. Família, 4 de 7

Programas Direcionados: Existem?

A falta de programas (até recentemente) dedicada a apoiar famílias (e amigos) para reforçar a sua natural força contrária à radicalização é surpreendente (Koehler 2017).

Os pais normalmente não pediam ajuda para confrontar a radicalização, possivelmente porque temiam que isso piorasse a situação, ou porque se sentiam envergonhados com a situação.

As famílias tendem a ser postas de parte.



O que é que os pais podem fazer? Não partilhas nada com eles (pais), não falas com eles, não os contas o que estás a fazer, então manténs-os de fora de uma forma muito consciente.

A tua vida está lá fora, na mesquita, com pessoas na internet, então ela [mãe] não faz ideia desses assuntos e por isso não sabe.

Só se apercebe quando és apanhado pelo que fizeste.

3. Família, 5 de 7

O que Precisam as Famílias para Desempenharem um
Papel Ativo

- Informação clara sobre a quem e onde recorrerem para obter ajuda
- Conhecimento de diferentes processos de radicalização (extrema direita/esquerda, hooliganismo no futebol, defensores de animais...) para entender desenvolvimentos paralelos e evitar a estigmatização
- Clareza de conceitos e definições – O que é VERLT e o que não é.
- Argumentos ideológicos e teológicos, instrumentos sobre como responder à radicalização do/a filho/a
- Instrumentos para o reforço estratégico de relações positivas e pro-sociais (mudança de atividades, recuperação de atividades realizadas antes da radicalização, desporto, lazer, artes, envolvimento na sociedade)
- Desenvolvimento de capacidades para “ouvir” os filhos e levá-los a sério, ter contra-argumentos, perspetivas alternativas
- Grupos de apoio para pais
- Considerar ajuda financeira para famílias a lidar com situações pós-libertação.



3. Família, 6 de 7

Trabalhar com famílias: Elementos chave no ambiente Multi-
agências para famílias envolvidas no processo, 1 de 2

- Múltiplos canais de contacto;
- Linhas diretas Nacionais, linhas de ajuda, fornecendo aconselhamento anónimo em primeira linha numa base “gratuita” e “em caso de necessidade”;
- Locais visíveis e conhecidos para onde os pais possam telefonar/ir para adquirir diferentes tipos de informação desde a prevenção à reintegração (e.g. Danish Infohouses);
- Cadeias curtas e eficazes de comunicação;
- Serviços multilíngues grátis, e garantias claras de anonimato;
- Reforçar a família como uma força de oposição contra a radicalização em igual parceria com fornecedores de ajuda, ao invés de se usar as famílias como uma fonte de informação e inteligência para as autoridades;
- Proteção completa da privacidade das famílias, o máximo de tempo que for possível;
- Considerar a família como uma unidade social; e, ao mesmo tempo, ter em conta quaisquer dinâmicas familiares internas.



3. Família, 7 de 7

Trabalhar com famílias: Elementos chave no ambiente Multi-
agências para famílias envolvidas no processo, 2 de 2



- Procedimentos claros e transparentes. Responsabilidade e visibilidade dos padrões de trabalho.
Procedimentos detalhados sobre a proteção de informação e de privacidade;
- Acesso a grupos de autoajuda ou de ajuda-mútua;
- Intervenções multimodais e flexíveis que atribuem pesos diferentes a compromissos normativos, compromissos afetivos, compromissos de continuidade (Dalgaard-Nielsen 2013);
- Algumas famílias preferem contactar agentes do governo, outras preferem ir a ONGs, especialmente ONGs Muçulmanas.

(Koehler 2017, Sikkens et al. 2017 – continuado do slide anterior)

UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

4. Comunidade, 1 de 3



Não existe sombra de dúvida de que qualquer intervenção direcionada à reintegração social de pessoas em risco (incluindo indivíduos radicalizados) pode ser apenas levada a cabo através do envolvimento da comunidade de referência - um elemento chave em termos de tanto estratégias de prevenção como de reintegração.

Por sua vez, as redes de prevenção/reintegração representam o resultado de esforços contínuos em termos de diálogo, confiança, cidadania ativa e “vinculação positiva” com as comunidades e as componentes das mesmas que podem cooperar com intervenções direcionadas a juventude radicalizada em liberdade condicional. A prevenção primária provoca grandes desafios devido à variedade de intervenientes envolvidos, os riscos de estigma, a necessidade de proteger direitos individuais, a definição de procedimentos de cooperação.

Mesmo que todos os elementos acima tenham sido discriminados, estão ainda para ser codificados.

UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

4. Comunidade, 2 de 3

Antes da reintegração de indivíduos radicalizados na comunidade, é imperativo fornecer informação e conselhos adaptados às necessidades dos membros da comunidade que possam ter dúvidas e preocupações em relação à radicalização.

Isto inclui dar recomendações às melhores práticas locais de desradicalização, ajudar os cidadãos a reconhecer sinais de extremismo, estabelecer relações entre profissionais no topo de forma a promover melhores intervenções, e convidar jovens e pais a estarem atentos ao extremismo.

Ter uma população consciente e informada pode reduzir a probabilidade de radicalização, discriminação e promover a coesão social.

Estes princípios são em si mesmos fatores protetores para a integração de jovens radicalizados, bem como para a própria comunidade.



UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

4. Comunidade, 3 de 3

A Comunidade de referência é um elemento chave nas intervenções VERLT. Isto é uma assunção de base ao considerar a justiça uma responsabilidade clara da comunidade.

Na verdade, as assunções teóricas da Justiça Comunitária colocam o ênfase precisamente na relocação dos processos de “cura” do trauma causado pelo crime para dentro da comunidade, sem remover a gestão de tais processos pela comunidade – ou sem os afastar deles.

De facto, a Justiça Comunitária postula o envolvimento dos membros da comunidade no desempenho de um papel ativo na resolução do problema, em vez de delegar exclusivamente a resolução aos Serviços Públicos.

Esta ideia de Comunidade está subjacente a um conceito de Justiça enquanto função comunitária, fortemente enraizada na própria comunidade, não relegada a locais de punição.

Uma ideia de justiça baseada nos valores de proximidade e responsabilidade difundida- e partilhada.



UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

5. Associações de Imigrantes, 1 de 3

Serviços de liberdade condicional e serviços de justiça têm tido muitas dificuldades em ir de encontro às necessidades de cidadãos estrangeiros, que são ouvir de verdade as suas necessidades e dar oportunidades concretas à reintegração..

Existe uma necessidade urgente de *estratégias de prevenção e intervenção* desenhadas para pessoas vulneráveis e casos multi-problemáticos através da criação de redes e reforço do papel das associações de imigrantes e comunidades em levar a cabo intervenções.

As comunidades Islâmicas, as mesquitas e as associações que as geram desempenham um papel ainda muito marginal nos sistemas judiciais de prevenção e intervenção, apesar de a proporção de cidadãos não pertencentes à UE no sistema judicial ser significativa.

O sistema de intervenção na liberdade condicional é culturalmente homogéneo em medida relevante. A sociedade não. Diferentes intervenientes comunitários são capazes de lidar com diversidade cultural e religiosa no sistema de liberdade condicional, e trazer novas competências e capacidades.



UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

5. Associações de Imigrantes, 2 de 3

Comunidades Islâmicas moderadas mostram uma maior consciência do cenário e parecem ser mais capazes de aplicar estratégias de desradicalização sobre extremistas violentos do que a maioria das figuras centrais no sistema de Liberdade Condicional. O Islão moderado está disposto a ajudar na maioria dos casos.

Não existe nenhum Ocidente contra o Islão: As Comunidades Muçulmanas estão a lutar contra a radicalização desde dentro delas mesmas.

Que estratégias específicas devem ser desenhadas para que estes se possam tornar verdadeiros parceiros na luta contra a radicalização?



5. Associações de Imigrantes, 3 de 3

Para os assistentes sociais a cargo dos casos VERLT, é muito difícil interpretar a origem cultural e religiosa de certo modo obscura dos indivíduos que já estão dentro do sistema judicial, o que leva a

- Subestimar as necessidades da pessoa (p.e. a prática do direito ao culto e o respeito pelas regras religiosas).
- Reforçar a percepção dos jovens no sistema judicial de que são discriminados.
- Oportunidades de intervenção inexploradas. p.e. envolvimento ativo no processo de reintegração da comunidade cultural/religiosa a que pertencem.



- Potencialmente subestimar os sinais de radicalização:

Os assistentes sociais não sabem para onde e o quê olhar.



6. Mediadores culturais e linguísticos

A mediação tem um papel direto na resolução de problemas, na proposta de soluções, no fenómeno de governação, salientando os recursos de uma sociedade multi-ética e multicultural.

Mediadores culturais e linguísticos têm um papel de liderança no/a:

- Fornecimento de informação útil sobre o sistema penal para o cumprimento da medida criminal a que o indivíduo está sujeito e os requisitos relacionados.
- Promoção de uma manifestação correta de necessidades;
- Promoção da relação entre diferentes afiliações culturais e fomentar a superação de formas de estigmatização de membros de outros grupos.
- Facilitação da conexão entre figuras envolvidas na rede de intervenção (p.e. gestor de caso <-> imam).
- Dar apoio no processo de reintegração ao facilitar o contacto entre o ofensor e as agências que apoiam o processo de reintegração e ao dar informação para clarificar procedimentos, objetivos, resultados esperados;
- Apoiar a equipa de intervenção na descodificação e contextualização de ideias/posições expressas pelo indivíduo e o seu comportamento.
- Ajudar a equipa a distinguir entre comportamento normal (reza, jejum, leitura do Corão) e comportamento radical (a não-confraternização com não-Muçulmanos, atitudes hostis baseadas na religião)..



UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

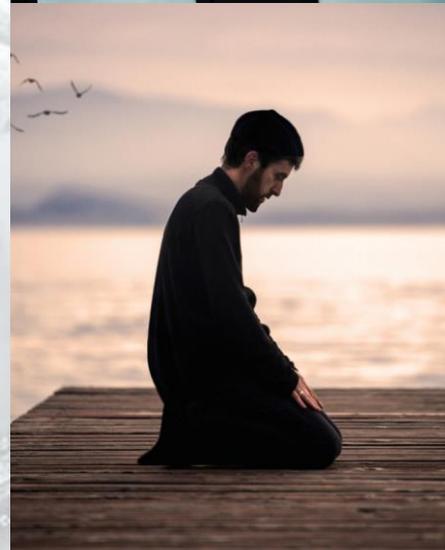
7. Imãs, 1 de 3

O extremismo violento tem ocorrido pelo mundo fora, ao longo da história e em nome de muitos grupos, causas e ideologias diferentes.

De momento, o auto-proclamado EI, o Al-Qaeda e grupos aliados apelam sobretudo a questões políticas e religiosas, instrumentalizando a mensagem do Corão.

Deste ponto de vista, **programas de desradicalização que procurem corrigir falsas concepções e interpretações erradas de escrituras, argumentos e valores Islâmicos, são considerados componentes importantes de muitos programas de desradicalização.**

A prática religiosa tem sido proposta para **promover a reabilitação de muitos ofensores e apoiar o abandono, além de promover o desenvolvimento da identidade religiosa, possibilitando uma auto-imagem positiva e a superação da experiência de detenção e a reintegração.**



UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

7. Imãs, 2 de 3

Os Imãs dão serviços de aconselhamento às suas comunidades sobre diferentes aspetos: religião, resolver conflitos entre indicações culturais e normativas do islão e as regras aplicadas nos países de acolhimento (p.e. o divórcio). De facto, um estudo levado a cabo pelos Estados Unidos revelou que os imãs são reconhecidos pelos Muçulmanos como conselheiros comunitários, prestando alívio para preocupações espirituais e religiosas, problemas de família, necessidades sociais e até sintomas psiquiátricos. Também deve ser salientado que desde o 11 de Setembro que a ajuda dos imãs tem sido cada vez mais procurada devido a situações discriminatórias. Este estudo é o primeiro a descrever e quantificar os múltiplos papéis do acompanhamento psicológico do clérigo Muçulmano nos Estados Unidos. Porém, a maior parte dos imãs não recebeu uma formação formal de aconselhamento que os possa ajudar a responder de forma efetiva às necessidades multidimensionais das suas comunidades. Além disso, as comunidades Muçulmanas são compostas por uma ampla diversidade étnica que revela a necessidade dos profissionais de saúde mental estarem sensíveis aos contextos religiosos e culturais de diferentes Muçulmanos..

(Abu-Ras, Gheith & Cournos, 2008)

Em Espanha, o Projeto Saladino inclui a colaboração dos imãs no processo de desradicalização dos reclusos. Em todo o caso, depois dos ataques na Catalunha, emergiu a necessidade de critérios de seleção adequados para Imãs, já que o líder dos ataques era ele próprio um Imam ativo apesar do seu registro criminal.

O Ministério do Interior da Itália certifica os Imãs por trabalho prisional, de forma a garantir o direito à prática de culto ao mesmo tempo que se mantém formas perigosas de proselitismo sob controlo.



UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

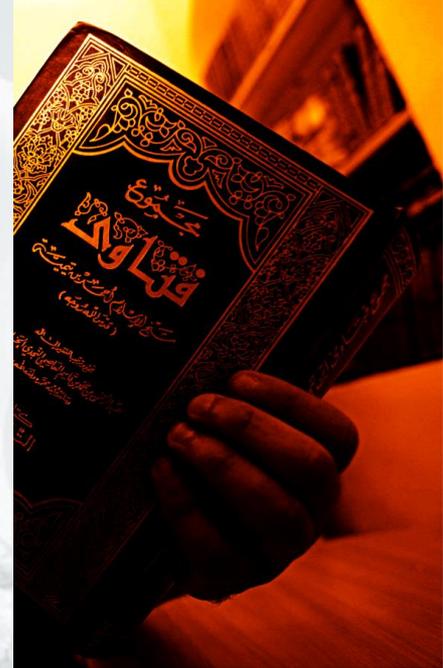
7. Imãs, 3 de 3

Valores e objetivos partilhados – juntamente com o envolvimento pessoal – são elementos fundamentais, recursos valiosos de forma a propor uma narrativa alternativa à radicalização jihadi.

O envolvimento de figuras sociais e religiosas de referência vindas de dentro da comunidade Islâmica é um fator chave, visto que a aceitação total ou parcial de discurso violento só pode ser contraposta por figuras com um grau elevado de credibilidade, autoridade e autenticidade.

Imãs, e a comunidade Muçulmana em geral, como cidadãos Europeus com direitos totais, também têm o dever e obrigação de informar sobre e denunciar indivíduos radicalizados que se aliam no recrutamento, doutrinação e colaboração com grupos jihadis. De facto, devem ser a primeira linha de defesa contra o estabelecimento permanente de grupos ou indivíduos com capacidade operacional no Ocidente.

A narrativa alternativa tem de defender e promover os valores religiosos e culturais do Islão ao encorajar o diálogo mútuo e a partilha.



UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

8. Polícia, 1 de 3

O Serviço de Segurança Policial da Noruega (PST) tentou intervir com juventude já radicalizada- ou em risco de radicalização jihadi, baseando-se no modelo adotado no ano de 2000 com grupos de extrema direita. Porém, o PST foi incapaz de prevenir a entrada de jovens em grupos extremistas ou de prevenir que viajassem para a Síria.

Entre outros fatores, é provavelmente mais fácil para a polícia estabelecer algum grau de confiança e compreensão nas suas relações com jovens Noruegueses étnicos do que com jovens Muçulmanos com origem imigrante que muitas vezes têm uma pior relação com a polícia e menos confiança e laços mais próximos com instituições sociais.

Assim sendo, alguns elementos da comunidade têm melhores características para obterem sucesso com esta medida, especialmente líderes religiosos ou idosos respeitados pela comunidade da minoria, ou pessoas que tenham tido um passado extremista (ex-radicais).

Por isso, o papel da polícia nos contextos comunitários deve ser guiado pela construção de relações de confiança na comunidade, e deve ter como objetivos:

- Conhecer as comunidades e as suas especificidades, aumentando a sua sensibilidade intercultural;
- O conhecimento e disseminação dos direitos humanos;
- Envolver as comunidades das maiorias na integração, no combate aos crimes de ódio, discriminação e caracterização étnica ou racial..

(RAN, 2016; Bjørge, T., & Gjelsvik, I. M., 2015)



UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

8. Polícia, 2 de 3

Proteger o público do terrorismo tornou-se uma tarefa desafiante, altamente analisada de elevada importância para a polícia. Os Estados têm a obrigação de tanto prevenir o terrorismo para proteger os direitos humanos e a de manter e respeitar os direitos humanos enquanto combatem o terrorismo. Como a polícia desempenha um papel central no combate ao terrorismo, é particularmente crucial que a polícia seja responsabilizada pelas suas ações de forma a assegurar legitimidade, fiabilidade, confiança e apoio por parte do público.

O trabalho tradicional de contra terrorismo da polícia e agências de inteligência tem de ser complementado com esforços de prevenção para tratar as condições que levam à propagação do terrorismo, que perturbam a desradicalização terrorista e que fomentam o recrutamento. O contra terrorismo, e em particular o combate à radicalização e ao extremismo violento que levou ao terrorismo, requiere uma abordagem multidisciplinar e, portanto, os esforços coordenados de um leque amplo de autoridades públicas além dos sectores de justiça criminal e segurança, cada um dentro do seu mandato. O apoio da sociedade como um todo é crítico para combater o terrorismo com sucesso.



UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

8. Polícia, 3 de 3

O Estado deve procurar o apoio da sociedade civil, dos media, do sector privado e da comunidade de negócios para conseguir combater o terrorismo com sucesso. Combater o terrorismo é, portanto, uma responsabilidade partilhada e requiere o envolvimento conjunto e a cooperação da polícia, outras autoridades públicos e membros do público.



UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

9. Vítimas

É importante lembrar que, na maioria dos casos, o contexto para a reintegração de jovens ofensores é onde as vítimas dos crimes estão.

No caso de crimes ligados ao terrorismo, em particular, vitimização secundária e terciária estende-se à comunidade em geral e inclui ofensas à ordem pública e harmonia social, sendo o maior desafio a rejeição do agressor pela comunidade e possíveis retaliações pelo dano causado pelos ofensores.

Em muitos casos, as famílias dos ofensores devem também ser consideradas vítimas, não apenas pela perda ou aprisionamento de um membro da família, mas também pelo medo de rejeição social por parte da comunidade.

Em relação a vítimas diretas, especialmente em crimes terroristas, estas são usadas pelos terroristas como geradores de uma mensagem que influencia psicologicamente a sociedade criando um clima de medo e ansiedade. Porém, é necessário capacitar e ajudar as vítimas a transformar as suas perdas e sofrimento numa força construtiva de forma a prevenir extremismo violento, através da atribuição de fóruns e espaços nos quais podem partilhar as suas experiências. Por isso, o testemunho de vítimas de ações violentas pode ser um instrumento útil à desradicalização, mostrando as consequências humanas do extremismo. As suas experiências têm o efeito de diminuir o prestígio da vida de auto-proclamados combatentes, ao salientar a parte mais inaceitável que a violência narrativa tenta esconder. Os sobreviventes representam as consequências humanas de atos extremistas violentos, negando o estatuto de heróis que a retórica extremista atribui aos ofensores.



UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

10. Ex-radicais, 1 de 2

Ex-radicais são ex-combatentes e/ou ex-membros de grupos radicais, aos quais renunciaram por diversas razões. Acrescentar ex-radicais a uma equipa multi-agências é uma prática que tem sido usada em vários projetos (como o Contra Extremismo Violento/ Against Violent Extremism – AVE network). Embora seja desafiante devido a obstáculos éticos e legais, os ex-radicais garantem um profundo conhecimento das técnicas, estratégias e formação de diferentes grupos radicais, como também, na maior parte do tempo, partilham semelhanças ideológicas e culturais com os jovens radicalizada.

De forma a minimizar o risco do seu envolvimento – tornando assim seguro que estão prontos e a deixarem completamente o seu passado como radicais- alguns passos devem ser seguidos para garantir segurança. Não é uma questão de se ser cético da capacidade individual para a mudança, mas sim de assegurar o seu envolvimento contínuo na reintegração de jovens radicalizados. Algumas das medidas tomadas pelos projetos vão desde supervisão e reuniões de balanço, verificações e avaliações, como também a obtenção de apoio psicológico e formação direta contínua como profissionais.

Deve ser realçado que embora esta prática seja aconselhável e positiva, a muitos países falta a estrutura legal e política para que possam reintegrar ex-reclusos, e estão apenas preparados para puni-los pelos seus crimes. Muitos dos chamados ex-radicais têm a vontade de reestruturar as suas vidas, mas sabem que o seu passado os pode condicionar para o resto das suas vidas.



Aviso: A peça “Rage, flower thrower” de Banksy é usado aqui meramente para simbolizar as evoluções positivas dos ex-radicais, de ofensores a membros comprometidos da comunidade. Não faz qualquer referência ao conflito Israel-Palestina.

UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

10. Ex-radicais, 2 de 2

É importante avaliar como os formadores querem participar e o grau de exposição com que se sentem confortáveis, fazendo com que se sintam seguros com a sua participação. Dependendo do seu papel na equipa multi-agências, por exemplo, como participantes ativos com juventude ou como parte de um painel de assessores, podem ter níveis diferentes de qualificação e educação formal.

Tendo estado na mesma posição do público-alvo, isto aumenta a credibilidade e legitimidade dos formadores na exploração de assuntos sensíveis ligados à radicalização e extremismo violento, podem servir como modelos de referência para mostrar como viver deferentes modos de vida e participar na sociedade é possível e podem desconstruir o discurso de ideologias radicais, como a clarificação de certos textos religiosos.

Os formadores podem ainda ajudar a equipa multi-agências devido à sua compreensão das normas, mecanismos, hábitos e ambiente no qual ocorre a radicalização, especialmente quando se partilha origens e ideologias prévias. Além disso podem aconselhar acerca do desenvolvimento de intervenções ou políticas, visto saberem como as ações ou medidas podem ser recebidas pelos jovens radicalizados.

Visto que sair de movimentos e atividades extremistas é muito difícil, e por vezes, ameaçador, os formadores devem ser acolhidos com aceitação e apoio. Os testemunhos dos ex-radicais têm sido considerados um instrumento poderoso de experiências reais de vida.



Aviso: A peça “Rage, flower thrower” de Banksy é usado aqui meramente para simbolizar as evoluções positivas dos ex-radicais, de ofensores a membros comprometidos da comunidade. Não faz qualquer referência ao conflito Israel-Palestina.

UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

11. Escolas, 1 de 4

Como já foi mencionado, as trajetórias de vida de pessoas radicalizadas que viajaram como combatentes estrangeiros (pessoas que não nasceram e não foram criadas Muçulmanas) para lutar com grupos jihadis, muitas vezes mostram pessoas que não foram capazes de lidar com as suas vidas, que falharam na escola e que não conseguiram entrar no mercado de trabalho.



Esta é uma descrição que parece estar cada vez mais presente nas vidas de jovens radicalizados, sejam jovens com herança Muçulmana ou não.

As escolas despenham um papel fundamental na garantia de que os jovens –independentemente das suas origens socioeconómicas, étnicas e religiosas, sejam incluídos na vida cívica e social.

A educação tem um papel chave na promoção de valores partilhados na UE e na fomentação de uma cultura de diálogo, compreensão mútua e coesão social.

UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

11. Escolas, 2 de 4

O primeiro projeto a prevenir radicalização no campo educacional foi o PREVENT, no Reino Unido. Os seus objetivos são de responder a um desafio ideológico de terrorismo, para assegurar que as pessoas não iniciem processos de radicalização, e de trabalhar com setores e instituições onde haja um risco de radicalização (Prevent Strategy, 2011). Porém, tem sido largamente criticado pelo impacto desproporcional que a sua aplicação tem tido na comunidade Muçulmana.

Mais de 75% dos investigados eram suspeitos de estarem ligados ao extremismo Islâmico (menos de 5% da população do Reino Unido é Muçulmana)

p.e. Em 2016, Rahmaan Mohammadi (com 17 anos de idade) foi investigado pela polícia depois de ter sido denunciado pelos seus professores devido a expressar a sua opinião acerca do conflito Palestino e por querer organizar uma angariação de fundos a favor da população Palestina afetada pela ocupação Israelita.

Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=UrZBFCYUMsU>

Em 2016, Um Procedimento pela Detecção de Radicalização Islâmica (PRODERAI)- Comunidade Educacional foi implementado na Catalunha. Inspirado pela PREVENT, os seus objetivos principais eram a prevenção, deteção e intervenção em possíveis processos de radicalização em centros educativos. Como tal, foi dada formação e alguns indicadores aos reitores e professores. Porém, o projeto tem sido criticado por entender que as funções da polícia são atribuídas a professores, por não haver participação da comunidade Muçulmana na sua criação, por promover a criminalização da adolescência e pela estigmatização de jovens que professam a religião Muçulmana sobre a qual assenta o foco da suspeição.



UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL



II. Escolas, 3 de 4

Fatores de risco

- Escassa formação de professores sobre educação intercultural e extremismo violento;
- Escasso conhecimento da religião e cultura Muçulmana;
- Estigmatização de estudantes Muçulmanos (violação do princípio de não-discriminação);
(o que afeta os direitos de liberdade de pensamento e expressão dos estudantes);
- A natureza etnocêntrica de alguns textos escolares;
- O impacto adverso da segregação na educação e nas perspectivas futuras das crianças.

UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

11. Escolas, 4 de 5

As Melhores Práticas

- Educação inclusiva e intercultural;
- Escolas com um grau cada vez mais elevado de diversidade étnica;
- Formação de professores em práticas educativas interculturais;
- Aplicação de programas a todos os tipos de extremismo violento, incluindo- mas não limitado a – o extremismo Muçulmano;
- Manutenção de uma ligação contínua aos assuntos atuais, de forma a encorajar o debate político e o espírito crítico dos estudantes, o que permite que identifiquem mensagens violentas extremistas tanto na vida real como online;

(Continua)



11. Escolas, 5 de 5

As Melhores Práticas

- Assegurar que os professores estão disponíveis para o diálogo mesmo quando toca à renegociação de valores pessoais e a discussão de posições extremistas;
- Desenvolvimento de contra narrativas para desconstruir formas radicais de pensamento baseadas na ideologia política e religiosa;
- Encorajar estudantes a ter uma atitude de respeito e inclusiva a favor de diferentes religiões, promovendo oportunidades de partilha com uma abordagem entre pares (peer-to-peer);
- Encorajar o dialogo entre famílias e escolas para que as necessidades específicas do jovem possam ser tidas em conta de forma mais eficaz.



12. Cuidados de Saúde Mental, 1 de 2

Psiquiatria e Pedopsiquiatria

A importância do sistema de saúde, nomeadamente da saúde mental, na monitorização da reintegração social do jovem em condições de liberdade, está ligada à garantia da estabilidade psicológica do indivíduo.

O processo de reintegração é denso com emoções e situações novas, o que pode desafiar a capacidade do indivíduo de se adaptar a esta nova circunstância.

Os jovens que tenham sido detidos estão especialmente a enfrentar um novo desafio: o de lidar com uma sociedade que tem regras diferentes às da prisão.

O apoio da psiquiatria pode ser fundamental nas situações de regresso de combatentes estrangeiros, onde existem sintomas de distress psicológico que podem ser trabalhados e orientados, evitando ou reduzindo o risco de desenvolvimento de uma perturbação de stress pós-traumático.



12. Cuidados de Saúde Mental, 2 de 2

O papel de psicólogos e psiquiatras na equipa multi-agências

O de avaliar- de um ponto de vista psicológico- os padrões de comportamento

que a pessoa em questão segue, e a presença de perturbações narcisistas, expressões depressivas, isolamento social, etc, como condições associadas às escolhas de radicalização.

O de avaliar a pertinência dos programas de intervenção à luz das perturbações mencionadas.

O de realizar avaliações psiquiátricas e criminológicas sobre o risco do individuo poder ingressar em comportamentos/ações violentas, especialmente no caso de pessoas com medidas alternativas à deteção.

O de analisar a possível contribuição que membros de família e outras figuras de referência possam ter para programas de desradicalização baseando-se na qualidade e tipo de relações que o sujeito experiencia.



UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

Procedimentos de avaliação

PARA UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS OPCIONALMENTE APLICÁVEL PARA ESCOLAS, PRISÕES E CENÁRIOS DE LIBERDADE CONDICIONAL (POR MICHALE KIEFER).



Requisitos

- Uma **noção comum** de prevenção/intervenção
- **Objetivos claramente definidos** de prevenção/intervenção
- Um **grupo alvo** claramente delineado
- **Indicadores aceites** de radicalização
- **Gestão/Coordenação funcional**
- **Qualificação** adequada dos intervenientes
- **Participação de todos os intervenientes relevantes**
- Estrutura de equipa que permite a **partilha e o aconselhamento**
- **Estratégia de ação** no terreno

UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS DESRADICALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM LIBERDADE CONDICIONAL

7

APLICAÇÃO CONTÍNUA DAS MEDIDAS

- Discussões críticas sobre o estado da intervenção e o procedimento (supervisão, aconselhamento partilhado)
- Se necessário, envolver papéis adicionais

6

REVISÃO DAS MEDIDAS

- Discussões interinas sobre o processo de intervenção
- Inversão opcional se necessário

5

AVALIAR E ACOMPANHAR

- Aquisição de parceiros necessários, networks
- Criação de um “NÓS” forte- uma aliança de profissionais, pais e todas as partes envolvidas
- Anúncio e implementação da estratégia de intervenção

1

SINAIS E PRIMEIRA INVESTIGAÇÃO

- Revisão dos indicadores percebidos
- Pedido de uma equipa de avaliação

2

EQUIPA DE AVALIAÇÃO

- Descrição do caso
- O estado da informação
- Identificação de opções e parceiros
- Decisão dos passos seguintes

3

INVESTIGAÇÃO A FUNDO

- Conhecimento do contexto através de conversas com a pessoa afetada, a família, o ambiente social
- Reportar à equipa de avaliação

4

ESCOLHA DE MEDIDAS PELA EQUIPA DE AVALIAÇÃO

- Estado claro dos factos
- Possíveis medidas
- Pesagem crítica de todas das medidas possíveis
- Decisão de medidas (percurso de intervenção; psicológico, educacional, social, religioso etc).
- Atribuição de tarefas para membros da equipa

Clearing Procedure – A Cycle

The image features a blue-tinted background with two hands raised in a fist-like gesture. The wrists are bound with thick, braided rope. The hands are positioned on the left and right sides of the frame, with the fingers slightly curled. The overall mood is one of struggle or resistance.

EM SUMA

a abordagem multi-agências: desradicalização de indivíduos em liberdade condicional

EM SUMA CENÁRIOS: PRISÃO E LIBERDADE CONDICIONAL

COMO PODEM SEREM USADAS ESTRATÉGIAS MULTI-AGÊNCIAS DE SAÍDA DURANTE A LIBERDADE CONDICIONAL?

Estratégias multi-agências de saída durante a liberdade condicional podem ser usadas tanto para apoiar a transição da prisão/detenção para a comunidade, como para indivíduos a quem é dado apenas uma pena comunitária.

QUAL O VALOR ACRESCIDO DUMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS FLEXÍVEL NAS INTERVENÇÕES BASEADAS NA LIBERDADE CONDICIONAL?

A flexibilidade duma abordagem multi-agências permite que técnicos de liberdade condicional criem equipas individualizadas de profissionais e membros da comunidade de forma a melhorar abordar as necessidades dos jovens e assegurar a sua reintegração social e desvinculação.

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DESAFIOS AO SUCESSO QUANDO SE TRABALHA COM INDIVÍDUOS RADICALIZADOS EM LIBERDADE CONDICIONAL?

Penas curtas, risco acrescido devido a exposição a grupos radicais, e diversidade significativa (p.e. idade, género, contexto social) em indivíduos condenados por crimes ligados ao terrorismo aumenta a complexidade do trabalho com indivíduos radicalizados em liberdade condicional.

QUE PAPEL PODE DESEMPENHAR A LIBERDADE CONDICIONAL NO APOIO À DESVINCULAÇÃO E DESRADICALIZAÇÃO?

A liberdade condicional oferece uma oportunidade única para trabalhar com jovens radicalizados num ambiente comunitário que apoia a reintegração social ao aproveitar o poder das relações humanas através de redes comunitárias, famílias, amigos, mentores (ex-radicais) e a capacitação do indivíduo.



DOCUMENTOS DESCARREGÁVEIS + LITERATURA

Um conjunto não exaustivo de documentos transversais para aprender mais sobre os tópicos
abordados nesta unidade

DESRADICALIZAÇÃO ÉTICA DOCUMENTOS E PAPÉIS: PAPÉIS

-  ABU-RAS, W., GHEITH, A., & COURNOIS, F. (2008). THE IMAM'S ROLE IN MENTAL HEALTH PROMOTION: A STUDY AT 22 MOSQUES IN NEW YORK CITY'S MUSLIM COMMUNITY
Journal of Muslim Mental Health, 3(2), 155-176.
-  BORUM, R., (2000). ASSESSING VIOLENCE RISK AMONG YOUTH
Mental Health Law & Policy Faculty Publications. Paper 551.
-  BORUM, R. (2014), PSYCHOLOGICAL VULNERABILITIES AND PROPENSITIES FOR INVOLVEMENT IN VIOLENT EXTREMISM
Behavior Science Law, 32. 286–305. doi:10.1002/bsl.2110
-  BOSE, N., & BHATTI, F. (1997). CARE AND REHABILITATION OF PRISONERS IN THE MUSLIM COMMUNITY IN BRITAIN
Journal Of Muslim Minority Affairs, 17(1), 183.
-  BJØRGO, T., & GJELSVIK, I. M. (2015). FORSKNING PÅ FOREBYGGING AV RADIKALISERING OG VOLDELIG EKSTREMISME: EN KUNNSKAPSSTATUS
(Norwegian research on the prevention of radicalisation and violent extremism: A status of knowledge)
-  DEAN, C (2016) ADDRESSING VIOLENT EXTREMISM IN PRISONS AND PROBATION: PRINCIPLES FOR EFFECTIVE PROGRAMS AND INTERVENTIONS
Global Center for Cooperative Security, Policy Brief. Politihøgskolen Report

DESRADICALIZAÇÃO ÉTICA

DOCUMENTOS E PAPÉIS: PAPÉIS



DOOSJE, B., MOGHADDAM, F., KRUGLANSKI, A., DE WOLF, A., MANN, L., & FEDDES, A. (2016). TERRORISM, RadicalisATIION AND DE-RadicalisATIION
Current Opinion In Psychology, 11 (Intergroup relations), 79-84. doi:10.1016/j.copsyc.2016.06.008



BUILDING ON THE GCTF'S ROME MEMORANDUM: ADDITIONAL GUIDANCE ON THE ROLE OF PSYCHOLOGISTS/PSYCHOLOGY IN REHABILITATION AND REINTEGRATION PROGRAMS
Global Counter Terrorism Forum and United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute (2013)



HORGAN, J. (2009), WALKING AWAY FROM TERRORISM: ACCOUNTS OF DISENGAGEMENT FROM RADICAL AND EXTREMIST MOVEMENTS
London: Routledge



HORGAN J. AND K. BRADDOCK. (2010). REHABILITATING THE TERRORISTS?: CHALLENGES IN ASSESSING THE EFFECTIVENESS OF DE-RadicalisATIION PROGRAMMES
Terrorism and Political Violence, 22



OFFICE FOR DEMOCRATIC INSTITUTIONS AND HUMAN RIGHTS - ODIHR (2012) YOUTH ENGAGEMENT TO COUNTER VIOLENT EXTREMISM AND RadicalisATIION THAT LEAD TO TERRORISM
Report on Findings and Recommendations, Joint OSCE Secretariat – OSCE ODIHR Expert Roundtable, Vienna, 23-24 October 2012



ORGANIZATION FOR SECURITY AND CO-OPERATION IN EUROPE – OSCE (2014). PREVENTING TERRORISM AND COUNTERING VIOLENT EXTREMISM AND RadicalisATIION THAT LEAD TO TERRORISM:A COMMUNITY-POLICING APPROACH
Vienna

DESRADICALIZAÇÃO ÉTICA DOCUMENTOS E PAPÉIS: PAPÉIS

-  RadicalisATIION AWARENESS NETWORK (2014) PREVENTING RadicalisATIION TO TERRORISM AND VIOLENT EXTREMISM: STRENGTHENING THE EU'S RESPONSE
RAN Collection- Approaches, lessons learned and practices
-  RadicalisATIION AWARENESS NETWORK (2016A) DEALING WITH RadicalisATIION IN A PRISON AND PROBATION CONTEXT
RAN Prisons and Probation–practitioners working paper, p3.
-  RadicalisATIION AWARENESS NETWORK (2016B) APPROACHES TO VIOLENT EXTREMIST OFFENDERS AND COUNTERING RadicalisATIION IN PRISONS AND PROBATION
Practitioners working paper, p3
-  RadicalisATIION AWARENESS NETWORK (2016C) EXIT PROGRAMMES AND INTERVENTIONS IN PRISON AND PROBATION
Ex post paper 14th -15th June 2016, Berlin
-  RadicalisATIION AWARENESS NETWORK (2017) PREVENTING RadicalisATIION TO TERRORISM AND VIOLENT EXTREMISM - APPROACHES AND PRACTICES
-  HORGAN, J. (2010). DERadicalisATIION OR DISENGAGEMENT?. PERSPECTIVES ON TERRORISM, 2(4)
Retrieved from <http://www.terrorismanalysts.com/pt/index.php/pot/article/view/32>



EUROPEAN COMMISSION
DIRECTORATE-GENERAL MIGRATION AND HOME AFFAIRS

MATES

MULTI AGENCY TRAINING EXIT STRATEGIES FOR THE Radicalised YOUTH

UMA ABORDAGEM MULTI-AGÊNCIAS

TOOLKIT PARA UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR

Estratégias Coordenadas para a Desvinculação durante a Liberdade Condicional

9 de Maio, 2018

